

## O PROJETO PEDAGÓGICO DO PROFESSOR NEY LOBO NO COLÉGIO LINS DE VASCONCELLOS EM CURITIBA, ENTRE 1967 E 1974

Rogério Ribeiro Cardoso\*

[lattes.cnpq.br/7742439514694678](http://lattes.cnpq.br/7742439514694678)

**Resumo:** O presente artigo, realizado na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, objetiva a análise do projeto pedagógico implementado pelo militar, filósofo e professor curitibano Ney Correia de Souza Lobo (1919-2012) no Colégio Lins de Vasconcellos, então mantido pela Federação Espírita do Paraná, entre os anos de 1967 e 1974. Tal projeto, fundamentado em princípios militaristas, escolanovistas e espíritas, dava ênfase à atividade e à cooperação discente, instituía uma direção colegiada, uma assembleia de alunos, e implementava a Cidade Mirim. O projeto se concretizou num contexto histórico que coincide com um período de intensos debates sobre a educação nacional, como também de ascensão e recrudescimento do regime civil-militar brasileiro. Utilizamos para análise as categorias de: *habitus*, campo e práticas (BOURDIEU, 1983); intelectual, geração e sociabilidade (SIRINELLI, 2003); e representação e apropriação (CHARTIER, 1991). As fontes analisadas incluíram entrevistas e documentos materiais como correspondências, jornais, revistas, livros, fotografias e vídeos.

**Palavras-chave:** Ney Correia de Souza Lobo; Instituto/Colégio Lins de Vasconcellos; Escolanovismo; Espiritismo; Filosofia espírita da educação.

### THE PEDAGOGICAL PROJECT OF PROFESSOR NEY LOBO AT COLÉGIO LINS DE VASCONCELLOS IN CURITIBA-PR, BRAZIL, BETWEEN 1967 AND 1974

**Abstract:** This article was developed on the research field of History and Historiography of Education of the Pos-graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia, and objectivate the analysis of the pedagogical project implemented by the military, philosopher and teacher from Curitiba-PR, Brazil, Ney Correia de Souza Lobo (1919-2012) at Colegio Lins de Vasconcellos, at that time sustained by the Spiritist Federation of Paraná, between 1967 and 1974. This project was inspired on military civism, spiritism and progressive education, and emphasized

---

\* Doutor em Educação. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, IFTM (Brasil). Contato: [rogerio.cardoso@iftm.edu.br](mailto:rogerio.cardoso@iftm.edu.br).

student activity and cooperation, instituted a collegial direction, an assembly of students, and implemented the Cidade Mirim (a miniaturized city). This pedagogical project took place in a historical context that coincides with a period of intense debates about national education, as well as the rise and escalation of the Brazilian civil-military regime. We used for analysis the categories of: habitus, field and practices (BOURDIEU, 1983); intellectual, generation and sociability (SIRINELLI, 2003); and representation and appropriation (CHARTIER, 1991). The sources analyzed included interviews and material documents such as correspondence, newspapers, magazines, books, photographs and videos.

**Keywords:** Ney Correia de Souza Lobo; Instituto/Colégio Lins de Vasconcellos; Progressive school; Spiritism; Spiritist philosophy of education.

\* \* \*

## Introdução

Este artigo descritivo e analítico está ancorado em nosso trabalho de doutorado realizado entre 2013 e 2017, na linha de pesquisa de história e historiografia da educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia-MG, a respeito da trajetória intelectual do professor curitibano Ney Correia de Souza Lobo.

Naquele trabalho interpretamos a trajetória intelectual de Ney Lobo por meio da investigação de várias fontes primárias, bem como parte de sua obra literária, a partir das categorias de *habitus*, campo e práticas, de Pierre Bourdieu, das categorias de intelectuais, gerações e sociabilidade, de Jean-François Sirinelli, e das categorias de representações e apropriação, de Roger Chartier.

Dentre as fontes que analisamos, estavam documentos da escola que Ney Lobo ajudou a fundar na cidade de Curitiba e da qual foi professor e diretor, o Instituto de Educação Lins de Vasconcellos, tais como materiais de divulgação, programas de ensino, projeto pedagógico, regulamentos, regimentos, atas e ofícios; outras fontes foram artigos de jornais e revistas, fotografias, correspondências e entrevistas. Selecionamos para o presente artigo o *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”*, redigido por Ney Lobo

para o ano letivo de 1972 (LOBO, 1972), além de algumas outras especificadas ao longo do texto.

De acordo com as fontes analisadas, ao longo da gestão de Ney Lobo, as salas de aula se transformaram em salas-ambiente temáticas, os professores passaram a utilizar lousas móveis, a assumir um papel mais de orientação aos alunos em seus estudos individuais e coletivos e a estimular a cooperação discente, enquanto os alunos passaram a usar mesas e cadeiras para trabalhos em grupos e assumiram uma posição mais ativa dentro da escola. As aulas foram substituídas por sessões de trabalho, atividades esportivas e artísticas e visitas fora da escola, e as avaliações se tornaram mais processuais e diversificadas. A Cidade Mirim, uma república infantil inaugurada em 1970, dedicada aos alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, foi o ápice e também a vitrine do projeto pedagógico, enquanto que os alunos maiores, de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>, se faziam representar pela Assembleia de Representante de Alunos, que funcionava como um poder legislativo estudantil. Era, portanto, um projeto de educação ativa e democrática.

## **Ney Lobo e o Instituto Lins de Vasconcellos**

Ney Lobo nasceu em Curitiba em 24 de julho de 1919, e faleceu em 28 de agosto de 2012, na mesma cidade. Era formado Bacharel em Letras pelo Ginásio Paranaense desde 1936 e em Filosofia pela UFPR desde 1964, instituição esta última onde também atuou como professor e palestrante nos cursos de verão de 1964 e 1965; iniciou como docente do Instituto Lins de Vasconcellos em 1963 (uma escola privada que oferecia curso ginásial, científico e normal na cidade de Curitiba), do qual foi diretor entre 1967 e 1974, quando deixou a instituição. Ney Lobo era também oficial do Exército, formado na Escola Militar do Realengo em 1943, e passou para a reserva remunerada em 1964, se aposentando por idade em 1984.

O seu interesse pela educação se deu na mesma época de sua adesão ao espiritismo, quando tinha pouco mais de trinta anos de idade, de modo que sua atuação enquanto intelectual engajado no campo educacional, a

partir de sua iniciação na docência, se caracterizou por uma percepção de mundo que foi desenvolvida tanto no Ginásio Paranaense e na Escola Militar do Realengo, quanto em estudos autônomos sobre diversos temas, dentre eles a filosofia espírita.

Como docente, este intelectual se propôs a experimentar e a teorizar a respeito das relações entre os fundamentos e princípios espíritas e a educação, divulgando suas ideias na própria escola, em conferências, em livros, e em artigos de jornais e revistas. Seu principal campo de experimentação e teorização foi o ILV, numa época de amplos debates sobre a educação nacional, bem como de discussões a respeito da educação em geral dentro do próprio movimento espírita<sup>1</sup>, mas também de início e recrudescimento do regime civil-militar e ditatorial brasileiro. Dito isto, entendemos ser importante situar Ney Lobo como alinhado a outros professores, jornalistas, filósofos e profissionais de diversos campos, que, declarando-se espíritas, dedicaram-se a estudar a questão da educação escolar. Muitos desses intelectuais constituíram parte das estruturas de sociabilidade da rede de relações de Ney Lobo, como José Herculano Pires, Dora Incontri, Octávio Melchiades Ulysséa, Mauri Rodrigues da Cruz, Marcus Alberto De Mario, dentre outros.

Entre 1963 (ano de fundação do colégio) e 1966, Ney Lobo foi, no ILV, professor de educação moral e cívica e de filosofia, além de chefe do Gabinete de Orientação Filosófica e do Departamento de Formação Moral e Cívica (órgãos internos à escola que ele mesmo liderou a elaboração), membro do Conselho Diretor e de Ensino, e coordenador do Grupo de Estudos Espíritas (também instituído por ele dentro do colégio). E apesar dos embates ideológicos no interior da própria escola e com a mantenedora, a Federação Espírita do Paraná (FEP), o professor acabou contribuindo para a concepção, concretização e conservação de um projeto pedagógico centrado na educação moral e cívica, com alguma inspiração no Colégio Militar de Curitiba, do qual havia sido subcomandante de 1959 a

---

<sup>1</sup> O movimento espírita brasileiro se caracteriza pela reunião de várias entidades unificadoras, como federações, ligas e uniões, pelas casas e centros espíritas, assim como pelos próprios espíritas, que estudam e divulgam o espiritismo, sendo diversificado e multifacetado.

1964, mas sob uma interpretação espírita e influência escolanovista, o que imprimiu identidade à escola e contribuiu para a elevação do professor ao cargo de diretor geral a partir de 1967.

O projeto pedagógico do ILV, idealizado por Ney Lobo, permaneceu ativo até 1974, sofrendo mudanças a partir do desligamento do diretor. A escola foi mantida pela FEP desde o seu princípio até 1998, quando foi arrendada para outra administradora privada, mudando de nome e de orientação filosófica e pedagógica.

Em todo caso, mesmo não explicitado em nenhum documento oficial da instituição, o ILV se caracterizava como uma escola particular direcionada às classes detentoras de maior capital econômico, neste ponto não diferindo de outras escolas particulares numa época em “apenas uma pequena parcela da população teve acesso aos mais elevados níveis de escolarização, enquanto significativa fração do povo não teve nem mesmo o acesso à escola” (ASSIS, 2012, p. 329). Além disso, durante o período ditatorial, o Estado se desobrigou de financiar a educação pública e gratuita, estabelecendo “condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular” (p. 328). O próprio ILV foi auxiliado com verbas públicas antes e durante o regime civil-militar (BRASIL, 1956, p. 239; p. 299; PARANÁ, 1957; 1961; BRASIL, 1963, p. 446; LOBO, 2001, p. 7).

É possível que esses auxílios se devessem em parte ao capital social e simbólico do próprio oficial do exército Ney Lobo. Quando questionado em entrevista à educadora e jornalista Dora Incontri sobre se houve oposições ao seu trabalho, Ney Lobo asseverou ter havido algumas oposições de espíritas, mas não teria havido nenhuma oposição social ou política por parte do Estado; acrescentando ainda ter o colégio sido “prestigiado e auxiliado monetariamente pelo Governador do Estado, visitado pelo Ministro da Educação e Secretário de Educação” (LOBO, 2001, p. 8).

De toda forma, o que se pode depreender dos documentos escolares, além de textos diversos de Ney Lobo e correspondências suas, é que as intenções do filósofo, a despeito do público atendido pela escola ou do auxílio estatal ao projeto, eram de educação cívica, moral e espiritual, com vistas à democracia. É fato que muitos dos princípios pedagógicos

colocados em prática no ILV se apoiavam em noções militaristas de civilidade, como disciplina, ordem, obediência, seriedade, profissionalismo, competência, boa apresentação pessoal e valores morais (ATÁSSIO, 2015, p. 30), atestando não apenas o *habitus* do diretor, mas também o contexto sóciopolítico em que se inseria. Entretanto, eram também fortemente espiritualistas e com inspiração escolanovista. Isso contrastava não somente com o contexto sociopolítico, mas também com as orientações tecnicistas do Ministério da Educação, balizadas pelos acordos estabelecidos com a USAID (*United States Agency for International Development*).

### Projeto de Escola Ativa 1967-1974

O projeto pedagógico do ILV foi sendo elaborado ao longo dos primeiros anos de funcionamento da escola, sob várias direções, mas destacou-se sob a direção de Ney Lobo. Em sua gestão, a partir de 1967, foi instituída uma Direção Colegiada, elaborada e concretizada uma mini república infantil, a Cidade Mirim, e estabelecido um mecanismo legislativo estudantil, a Assembleia de Representantes de Alunos, o que, em nossa análise, já entrava em contradição com a rígida hierarquia militar característica de uma instituição com distinções conservadoras e antidemocráticas, tal qual o Exército Brasileiro entre 1937 e 1964. Além disso, foram modificadas as práticas pedagógicas, adotando-se preceitos da Escola Nova, o currículo foi convergido para os objetivos da disciplina de educação moral e cívica (EMC), e Ney Lobo justificou suas escolhas metodológicas e de conteúdos com base em princípios e fundamentos do espiritismo.

Mas Ney Lobo se apoiou também em princípios escolanovistas para elaborar e concretizar sua proposta; alguns desses princípios foram a consideração ao desenvolvimento biológico e psíquico do educando, o fomento à sua autonomia moral e religiosa, a ênfase na “educação a serviço da cidadania” (PINTO, 1986, p. 59), o enfoque na ordem e na higiene escolar, o uso de questionários e testes de aferição processuais, a

aproximação da escola com as famílias dos alunos, além da importância dada às interações sociais entre os estudantes, à colaboração discente, à didática do professor, às técnicas de ensino, ao planejamento pedagógico e ao atendimento às necessidades individuais do educando. Além disso, ele utilizou abertamente o termo “Escola Ativa”, transformou o ILV num laboratório de práticas pedagógicas, ampliou o tempo escolar, adequou o mobiliário de modo a estimular a experiência, a investigação e a cooperação discentes, com a finalidade de promover o espírito crítico de seus alunos, implantou serviços médico-escolares e de psicologia escolar, incentivou a organização detalhada dos programas de ensino, enfatizou a educação moral através da experiência prática do aluno, e intentou (sem, no entanto, ter efetivado) a avaliação baseada na comparação do educando consigo mesmo em diferentes momentos.

Um dos objetivos mais premente era o desenvolvimento da espiritualidade das crianças e dos adolescentes. Assim, é importante notar que, mesmo citando autores escolanovistas em seus textos e obras (particularmente no *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”* e em sua obra *Filosofia Espírita da Educação*), o professor selecionou fundamentos e princípios espíritas para justificar as práticas que propôs. Por exemplo, a atividade dos educandos foi justificada por meio de várias menções a respeito da atividade do espírito, retiradas de *O Livro dos Espíritos* de Allan Kardec, como: “(...) o Espírito jamais fica inativo” (1998b, p. 165, questão 401); e: “Sabei que o espírito não pode adquirir conhecimentos e se elevar senão através da atividade” (p. 324, questão 988). Esta última citação, inclusive, figura logo no início do plano pedagógico (LOBO, 1972, p. 3), assim como: “(...) devem todos concorrer para o progresso, ajudando-se mutuamente” (KARDEC, 1998b, p. 257, questão 767), justificando a cooperação discente e docente.

Este plano pedagógico de educação ativa, sob o título de *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”* fora instaurado em 1967 e vinha passando por modificações ao longo dos anos. O material que tivemos em mãos para análise dizia respeito ao ano letivo de 1972, e expressava como objetivos a formação do sentimento cívico, a inclinação dos jovens ao cumprimento de seus deveres escolares, a complementação da educação

familiar e o desenvolvimento moral e espiritual<sup>2</sup> dos educandos, além de se propor concorrer com a mídia de massa, mormente a televisiva.

O plano trata da filosofia da educação, espiritualista; do método pedagógico, de ação, ordenação e cooperação; do regime escolar, de tempo integral; e do sistema educacional, orientado para a cidadania. Estas seriam “as quatro colunas” do plano, de acordo com o autor. Assim, a partir de uma introdução/justificativa da filosofia educacional adotada, o plano se divide em três partes.<sup>3</sup>

Na primeira parte, tem-se a fundamentação, os objetivos e o desenvolvimento do método, cujas três dimensões seriam a atividade, a cooperação e a ordenação. O plano insere citações de *O Livro dos Espíritos* a respeito da atividade e da cooperação, mas também se fundamenta em Adolphe Ferrière, Roger Cousinet e Henry Morrison, acentuando que a atividade visa estimular o desenvolvimento físico e mental, bem como ativar e aflorar as aptidões naturais dos educandos, considerando a cooperação como o melhor procedimento de formação moral, de desenvolvimento psicológico e intelectual, e de interação social, e entendendo a ordenação como um imprescindível conjunto de etapas de uma atividade, a “espinha dorsal” de toda a metodologia (LOBO, 1972, p. 24).

A fundamentação teórica em autores escolanovistas na estruturação do seu plano pedagógico, bem como as práticas escolares desenvolvidas, nos levou a aventar a hipótese de que o Instituto Lins de Vasconcellos, sob a direção de Ney Lobo, tenha se configurado como um importante exemplo prático do escolanovismo na história da educação brasileira. Entretanto não podemos situar Ney Lobo como um teórico da Escola Nova; ele parte

---

<sup>2</sup> O emblema do Instituto Lins de Vasconcellos trazia a inscrição “Evolução pela Educação”. Acreditamos tratar-se de uma paráfrase do epíteto dado pelo então Ministro da Educação, o coronel Jarbas Passarinho (formado oficial na mesma turma de Ney Lobo, e com quem trocou correspondências), à Lei 5.692/71: “A Revolução pela Educação”. Suspeitamos que Ney Lobo discordasse da concepção de “revolução” dos militares. Em suas obras ele explicita a sua preferência pelo termo “evolução” em divergência ao termo “revolução”.

<sup>3</sup> O plano é, de fato, um esboço da obra que Ney Lobo veio a publicar em 1989: *Filosofia Espírita da Educação e suas consequências pedagógicas e administrativas* (LOBO, 2002a).



de uma matriz ontológica espírita, e é a partir dela que se apropria dos preceitos escolanovistas.

A influência da Escola Nova no projeto pedagógico do filósofo espírita pode ser em parte justificada. Atuou no estado do Paraná um importante intelectual representante do movimento brasileiro pela Escola Nova: Erasmo Pilloto, uma “liderança local e referência nacional do movimento no Estado” (VIEIRA, 2001, p. 62), cuja concepção formativa “se insere, no âmbito do movimento renovador, a partir de uma concepção espiritualista do processo educativo, em termos teóricos”, contrastando “com o *ethos* cientificista que predominou entre os principais protagonistas do movimento em nível nacional” (p. 54).

No Paraná, o movimento renovador surgiu da Escola Normal de Curitiba, refletindo-se no Ginásio Paranaense e em escolas experimentais e centros de cultura, entre as décadas de 1920 e 1930, contando ainda com a colaboração do professor Dario Vellozo; este que, por sua vez, segundo o próprio Ney Lobo, foi seu professor na adolescência (LOBO, 2002c, p. 2). Ou seja, a influência escolanovista esteve presente desde o início na trajetória intelectual de Ney Lobo, tanto por meio de seus professores no Ginásio Paranaense, como durante sua licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná na década de 1960, quando ainda era forte a influência das ideias de Erasmo Pilotto na formação de professores no estado (VIEIRA, 2001, p. 68).

No entanto, também outras concepções influíram nas práticas do ILV. Na segunda parte do plano pedagógico, há o delineamento da estrutura e da organização espacial e temporal do projeto, no qual pudemos perceber a influência militarista; há ainda nesta parte a organização do currículo e a disposição do corpo de professores.

O ILV era equipado com gabinetes administrativos e de professores, refeitório, armários para os alunos, biblioteca, sala de ciências, sala de audiovisual, campo de futebol, quadra poliesportiva, sala de judô, salas-ambientes e um amplo espaço para a Cidade Mirim, além de bosque, parque infantil e anfiteatro. Tudo muito semelhante à estrutura física do Colégio Militar de Curitiba (CMC). Além disso, o estabelecimento de alunos monitores e auxiliares sob a orientação de professores, as equipes de trabalho

(ainda que justificadas tanto por referências à Escola Nova quanto ao es-  
piritismo), as turmas homogêneas, as festas de formaturas, os bailes, os  
desfiles cívicos, as bandas de música, o grêmio estudantil (sem conotação  
política), a revista da escola, os campeonatos esportivos, as atividades cul-  
turais e até de os ritos para a utilização das salas-ambientes (estas cheias  
de referências a personalidades históricas, como bustos e retratos, e tendo  
a bandeira nacional sempre presente), são princípios que Ney Lobo parece  
ter transportado do CMC para o ILV.

O plano pedagógico é detalhista quanto às atividades escolares, es-  
tabelecendo controle preciso do tempo (assim como no CMC), e insti-  
tuindo o período escolar de tempo integral. Um exemplo: as sessões de  
trabalho deveriam se dividir em três fases (LOBO, 1972, p. 35), sendo a  
primeira de preparação, com 25 minutos, a segunda de trabalho indivi-  
dual, com 40 minutos, e a terceira de trabalho coletivo, com 35 minutos,  
somando 100 minutos por sessão. Ney Lobo, porém, esclarece que “os  
tempos de duração das Fases não são rígidos. O mestre dispõe dos 100  
minutos e deles se utiliza como lhe aprouver desde que siga a Sequência  
Didática das 3 Fases” (p. 36).

De acordo com o plano pedagógico, as salas-ambiente deveriam ficar  
sob a responsabilidade de um professor e de uma equipe de alunos, con-  
tendo uma pequena biblioteca especializada para pesquisas, mesas para  
equipes de cinco alunos, mesa e armário do professor, quadro negro geral,  
quadros negros móveis para as equipes, equipamentos audiovisuais, pai-  
nel de notícias com recortes de jornais e revistas, filtro de água, relógio de  
parede, Bandeira Nacional e galeria de retratos de cientistas, artistas e es-  
critores. Além disso, as salas seriam amplas, permitindo “a livre, cômoda e  
ordenada movimentação dos alunos dentro delas” (p. 46-47). Cada sala  
receberia “o nome do vulto brasileiro que mais se destacou na disciplina  
considerada” (p. 50), cuja fotografia ficaria em local de destaque.

O regime escolar era de tempo integral, das 7h30 às 17h. O almoço e  
o serviço de transporte eram facultativos e pagos à parte, assim como ou-  
tros serviços especiais, tais quais os serviços médico, odontológico e psi-  
cológico. Os deveres escolares eram feitos na própria escola sob orientação  
dos professores, além das atividades esportivas e recreativas, e as tardes

de quarta-feira se destinavam a “uma pausa recreativa no meio da semana retemperando o ânimo para a nova jornada” e tornando “mais aceitável o Regime de Tempo Integral” (p. 54), sendo utilizadas também para competições esportivas, treinamento da fanfarra, cinema, educação sexual, dinâmicas de grupos e dispensas de alunos para consultas médicas, compras e aulas especiais externas de outros cursos.

Ainda que não tivesse fins lucrativos, para funcionar dessa forma em tempo integral, a escola deveria ter muitas despesas, o que fortalece a suposição de que o público alvo deveria, por sua vez, deter maior capital econômico. Enquanto isso, nas escolas públicas, a carga horária era diminuída para que as vagas fossem ampliadas (GERMANO, 1990, p. 245).

No que diz respeito ao currículo, o plano trata apenas do ginásio. Este era dividido em quatro áreas e suas respectivas disciplinas: Comunicação e Expressão (Língua Nacional, Educação Artística, Educação Física e Judô); Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biológicas e Programa de Saúde); Estudos Sociais (História, Geografia, Organização Social e Política do Brasil, Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso e Cidebras – Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil, uma sala-ambiente específica); Sondagem de Aptidões e Iniciação ao Trabalho (Iniciação à Prática do Comércio e Excursões).

Quanto ao corpo de professores, há orientações mais difusas, mas algumas são bastante explícitas, como a seguir:

O professor deverá, num esforço de auto-avaliação, alijar de seu contexto pessoal, os traços ou resíduos que tanto têm prejudicado a eficácia do ensino e que são:

- o excesso de verbalização
- a falta de assistência direta a cada aluno
- a omissão dos processos de motivação dos alunos para o trabalho
- o pouco interesse pela aprendizagem do aluno
- a tolerância de comportamento anti-escolares [*sic*] dos alunos
- a busca de prestígio e popularidade demagógicos
- o rigor disciplinar excessivo
- o alheamento [*sic*] às atividades dos educandos. (LOBO, 1972, p. 58)

Neste sentido, propunha que o professor deveria “incorporar os verdadeiros princípios da DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM”: expondo, orientando, estimulando, ajudando, corrigindo, fiscalizando e exigindo, “em contacto [sic] direto com TODOS os alunos” (p. 59). Essas orientações dadas aos professores demonstram certa ruptura em seu *habitus* militar, principalmente ao propor evitar-se o “rigor disciplinar excessivo”, buscando mais motivar que coagir os alunos.

A terceira parte do plano pedagógico se dedica à organização do ano letivo e da avaliação da aprendizagem. O ano letivo seria composto por um Período Letivo Fundamental (de março a novembro), dividido em seis Fases Letivas, e um Período Letivo Complementar (novembro e dezembro), para os alunos reprovados no Período Fundamental. Já a avaliação da aprendizagem, assim como o próprio processo de ensino, se dava por meio de “trabalhos”, que Ney Lobo compreendia como “os resultados da ATIVIDADE do Educando manifestados e materializados em documentos, projetos, maquetes, aparelhos, materiais didáticos, etc.” (p. 12), ou seja, qualquer produção intelectual ou material realizada metodicamente pelos alunos.

Os trabalhos seriam de dois tipos: Trabalhos Sistemáticos, que ocorreriam em sessões de trabalho nas salas-ambiente (substituindo as aulas tradicionais) compostas das três fases didáticas mencionadas anteriormente, quais sejam, a preparação a cargo do professor (de modo informal, atracente e variado, sem perder o controle da classe e dedicando-se exclusivamente aos alunos – p. 33), o Trabalho Individual (TI) e o Trabalho Coletivo (TC); e Trabalhos Assistemáticos, independentes das sessões de trabalho, categorizados como Trabalho Permanente (TP), Trabalho Externo (TEX) e Trabalho Especial (TES).

Os TIs eram realizados de maneira exclusivamente individual, por meio de pesquisa em fontes materiais e orientações do professor, e poderiam ser uma produção intelectual, um estudo dirigido, uma maquete, um experimento em laboratório, ou a avaliação de alguma situação ou ideia. Já os TCs eram executados em equipes de trabalho homogêneas, isto é, de meninos e de meninas, e poderiam ser da mesma natureza dos TIs, mas obrigatoriamente sobre o mesmo assunto, sendo-lhes complementares

(podendo também contar com orientações do professor). Neste processo coletivo, “os alunos mais fortes” deveriam “cooperar com os mais fracos ou atrasados, o que não implica em fazer o que lhes cabe cumprir (ditando ou ensinando as soluções)” (p. 13), mas se evitando “com todo o empenho a marginalização de qualquer aluno em relação ao trabalho cooperativo dentro da equipe” (p. 31). Para Ney Lobo, essa cooperação tinha a finalidade de infundir “valores éticos e altruístas na estrutura espiritual do educando, manifestada pelo espírito de solidariedade” (p. 22). Assim, TIs e TCs deveriam ocorrer numa mesma sessão de trabalho de 100 minutos.

Já os TPs levavam mais tempo, de 15 a 60 dias, e poderiam se caracterizar como a feitura de álbuns de recortes de jornais, trabalhos comemorativos, pesquisas ou projetos; os TEXs se tratavam de visitas, excursões, entrevistas e pesquisas bimestrais; e os TESs eram trabalhos desenvolvidos durante as sessões de trabalho (um a cada duas sessões sistemáticas), mas sem a sequência preparação/TI/TC, como seminários, painéis, simpósios, mesas redondas, dramatizações, discussões dirigidas, debates livres, sessões de cinema, entrevistas, diálogos, estudos livres etc. O tempo excedente nessas sessões especiais deveria ser utilizado “para orientações e acompanhamento da realização dos Projetos” (p. 40), constantes no Plano Anual de Projetos.

Todos os trabalhos eram avaliativos, mas havia ainda as Verificações Escritas (VE) ao final de cada Fase Letiva, e as Verificações Surpresas (VS) ao longo de cada fase. Desse modo, a Nota Parcial (NP) de cada fase era calculada como a média aritmética entre os GTs (Grau do Trabalho, o valor médio entre cada TI e TC), as VSs e a VE. Os alunos reprovados deveriam se inscrever no Período Complementar, finalizado com uma avaliação escrita.

Ney Lobo ainda intentou, mas não concretizou, e nem consta no plano analisado, um outro tipo de avaliação, que consistiria na

*heteroavaliação da auto-superação do educando, pelo qual o educador avaliaria o educando, não o comparando com os demais (como se procede tradicionalmente), mas comparando o aluno com ele mesmo em duas épocas diferentes (auto-superação). Esse modelo teve como inspiração o texto de (EE – III, p.*

104): “O homem não (deve) procurar elevar-se acima do homem, mas acima de si mesmo, aperfeiçoando-se”. (LOBO, 2001, p. 10 – grifos no original)

No que concerne à disciplina, o regime era austero. No “Termo de Responsabilidade do Aluno” (ILV, s/a c) e nas “Instruções Reguladoras do Exercício da Função de Coordenador do Corpo de Alunos” (ILV, s/a b) constam orientações detalhadas sobre a apresentação pessoal, a disciplina, as proibições, a frequência e o regime escolar. O não cumprimento das orientações deveria inspirar diálogos e aconselhamentos por parte do coordenador, mas também sanções ou punições (como último recurso) seguindo uma hierarquia: repreensão verbal; repreensão escrita; Dinâmica de Recuperação Educacional; Trabalho Escrito de Recuperação Educacional; afastamento; interdição de um a oito dias; transferência; e por fim, cancelamento da matrícula. Outras sanções específicas eram: suspensão do uso do transporte do colégio, cancelamento de assinatura do transporte, e suspensão das atividades esportivas e judô.

Complementarmente às punições, existiam as recompensas, justificadas pelo princípio skinneriano do reforço do comportamento desejável (ILV, s/a b, p. 5), por meio de um “Sistema de Estímulos” às “boas ações dos alunos”, como, por exemplo, “destacar à frente nas formaturas os alunos de melhor apresentação pessoal, por série ou por turma” (p. 6); na prática, todavia, isso poderia ser interpretado como discriminação. Este sistema de estímulos pode ser encarado como uma das influências do tecnicismo implantado com os acordos MEC/USAID. No entanto, essa foi uma das poucas referências tecnicistas encontradas nos documentos normativos da escola.

Em resumo, a disciplina escolar se dizia diretiva, preventiva e corretiva, mas ainda por meio de recompensas e punições. Em todo caso, a orientação geral era de que o coordenador e o diretor mantivessem o diálogo “com duas turmas por semana a fim de auscultarem as suas reivindicações, insatisfações e sugestões” (p. 5).

---

4 *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, capítulo III, item 10 (KARDEC, 1998a, p. 57).

O que pudemos depreender até aqui é que, embora Ney Lobo desse prioridade aos princípios escolanovistas quanto ao ensino e à avaliação, a disciplina tinha influência comportamentalista, particularmente skinneriana, com rigores militares. Antes de deixar a direção do colégio, porém, estava sendo estudada, segundo Ney Lobo, a possibilidade de abolição das punições e recompensas:

Os castigos estavam para ser substituídos pelo *princípio disciplinar espírita da REPARAÇÃO das faltas cometidas* (ofensas, danos, prejuízos, indisciplina, etc.). Vide seu fundamento doutrinário em (“Céu e Inferno”, cap. VII, 17, nota 1, p. 3<sup>5</sup>), e em (Cap. V, 8 de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”<sup>6</sup>). (2001, p. 10 – grifo no original)

Estava, então, convicto da “nocividade das recompensas, prêmios, elogios e de outras formas de suborno na educação e nas empresas” (p. 10 – nota), algo que não chegou a modificar na escola que dirigiu.

### **A Cidade Mirim, a Assembleia de Alunos e a Educação Moral e Cívica**

Ao lado das inovações relacionadas nos parágrafos anteriores, o que de fato deu maior visibilidade ao ILV foi a Cidade Mirim, uma mini república infantil exclusiva dos alunos dos cursos primário, pré-primário e jardim de infância, como complemento às sessões de trabalho e outras atividades. Nesta minicidade havia prefeitura, câmara de vereadores, miniaturas de casas comerciais, um banco mirim e uma casa de oração. A pequena cidade era composta por cerca de uma dezena de diminutas edificações, construídas na sua maior parte em madeira<sup>7</sup>; havia uma pequena piscina num canto da cidadezinha e espaços pavimentados, além de uma extensão gramada e cercada envolvendo parte da piscina e

<sup>5</sup> Refere-se a obra de Allan Kardec, *O Céu e o Inferno*.

<sup>6</sup> Refere-se a obra de Allan Kardec, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*.

<sup>7</sup> Atualmente, a Cidade Mirim, hoje parte do Colégio Opet, é feita em alvenaria, em estilo diferente da minicidade anterior, disposta em outro local do terreno do colégio, com outra configuração e outras regras de utilização.

separando a minicidade de outras dependências da escola. Esta brevíssima descrição está de acordo com o acervo fotográfico a que tivemos acesso e com as descrições de Ney Lobo (2003, p. 459-460) e de documentos da escola (ILV, 1972a).

As atividades ali desenvolvidas visavam tornar práticos os princípios da disciplina de EMC, proporcionando experiências de gestão e utilização de empresas comerciais, estimulando o espírito de iniciativa, previdência e controle; e oferecendo vivências de direção e organização de algo de interesse coletivo. Desse modo, os alunos gerenciavam as pequenas casas, distribuídas da seguinte forma: Casa da Oração Mirim, Prefeitura Mirim, Administração e Câmara de Vereadores Mirim, quatro pequenas casas comerciais, e Banco Bradesco Mirim. O lucro obtido nas transações comerciais de cada lojinha deveria ser aplicado na própria unidade, para a reposição dos estoques e manutenção da casa, ou como reforço do fundo do Banco Mirim (todas as casinhas comerciais deveriam ter contas próprias nesta agência), ou seja, não poderia ser apropriado pelos alunos.

A diretoria de cada casa comercial era composta por um gerente encarregado das transações bancárias e supervisão geral, um caixa encarregado de receber o dinheiro das vendas e anotar o movimento diário, um balconista encarregado de atender os demais alunos (clientes), e um vigilante para manter a ordem fora e dentro da unidade.

A Casa da Oração Mirim foi patrocinada pela FEP, e se tratava de um espaço ecumênico e aconfessional (embora claramente cristão), capaz de abrigar até 80 crianças sentadas. Todas as classes, sob acompanhamento de uma professora, se reuniam nesta unidade uma vez por dia, muitas vezes duas ou três classes ao mesmo tempo. Seis alunos, assessorados por uma professora, se responsabilizavam pela direção da Casa de Oração, sua conservação e higiene, e por atender os demais colegas que, nos recreios e intervalos, ali chegavam para um momento de recolhimento espiritual. Já as lojinhas foram patrocinadas por casas comerciais curitibanas.

Outra unidade bastante interessante era o Banco Mirim, de fato uma miniagência do Bradesco. Ele era composto por um gerente, um caixa, um vigilante e os correntistas. Os alunos tinham suas próprias contas



individuais, com direito a talão de cheques exclusivo do ILV para operações financeiras dentro da escola.

Nem todos os alunos, no entanto, se caracterizavam como correntistas. A professora orientadora dirigia um ofício aos pais dos alunos sugerindo um regime de mesadas e solicitando que fossem depositadas no Banco Mirim (ILV, 1972b, p. 4). O acolhimento da sugestão era facultativo, mas uma vez aceita, o depósito deveria ocorrer naquela agência e, então, o correntista recebia o talão de cheques, mas o valor da mesada e o limite de saque semanal era uma escolha dos pais. Assim, os cheques serviam para pagar despesas tanto nas casas comerciais da Cidade Mirim, quanto na cantina escolar. Esta atividade tinha também cunho pedagógico, de instruir os alunos a respeito da estrutura geral e do funcionamento das organizações bancárias, do uso de cheques, e do “valor moral” da mesada, assim como “o melhor modo de utilizá-la” (p. 4). Para Ney Lobo, a “educação econômica” era uma técnica de educação moral, ou seja, visava relacionar finanças individuais com implicações morais.

Entendemos, porém, que a sugestão por ofício à instituição de um regime de mesadas por parte dos pais é também um atestado da classe social majoritariamente atendida pelo colégio, detentora de maior capital econômico. Sem a mesada, o aluno não poderia participar da dinâmica financeira e comercial da Cidade Mirim, e, portanto, talvez não fosse viável tal prescrição se o público majoritariamente atendido detivesse menor capital econômico.

No campo político, a Prefeitura Mirim era a sede do governo, onde se reuniam o prefeito e os secretários de Finanças (encarregado de receber os pedidos de recursos dos gerentes e demais secretários, e elaborar pareceres), de Obras e Manutenção (responsável por verificar o estado material das instalações da cidade e providenciar obras necessárias), de Divulgação e Relações Públicas (responsável por ciceronear os visitantes, e por divulgar assuntos, notícias e esclarecimentos, de classe em classe, ou em murais informativos, ou ainda em rádios, jornais e TV) e de Segurança (encarregado de escalar os vigilantes, dentre os colegas, e elaborar, junto ao Prefeito, o “Código Disciplinar”, a ser aprovado pelos demais alunos, além de zelar pelo seu cumprimento). Os secretários eram livremente

escolhidos pelo Prefeito, assim como demissíveis em qualquer época, e o Prefeito tinha autoridade para ordenar, orientar, fiscalizar e instruir todas as demais unidades, por meio dos gerentes de cada uma delas e de outros auxiliares, como se as casas comerciais fossem “estatais”.

Já os vereadores se reuniam na Câmara de Vereadores Mirim, e tinham a função de “apresentar, discutir e aprovar as leis que regem os destinos da Cidade” (ILV, 1972a, p. 4). Também na Câmara funcionava a Administração Geral da Cidade Mirim, a única repartição operada pelos adultos, encarregada de dirigir, orientar e controlar as atividades da cidade, ainda que mantendo relativa autonomia das crianças.

O prefeito e o vice-prefeito eram eleitos democraticamente pelo princípio majoritário, enquanto os vereadores (dois por turma), pelo princípio proporcional. O voto era obrigatório, secreto e direto, e votavam os cidadãos eleitores da Cidade Mirim. Para ser cidadão, o aluno deveria portar a Carteira de Cidadão, que lhe dava o direito de utilizar todos os serviços da mini cidade. Mas só poderiam se candidatar a prefeito e vice-prefeito os alunos matriculados na 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries do primário, situados no um terço de alunos com maior rendimento escolar (ILV, 1971, p. 1), o que de certa forma reduzia parte das características democráticas da cidadezinha a uma seleção meritocrática.

Para concorrer aos cargos eletivos, os alunos podiam se alistar no Partido Renovador ou no Partido Liberal, e realizar a sua campanha eleitoral ao longo de cerca de uma semana. Durante este período, os partidos podiam apresentar e defender seus programas políticos e candidatos, colar cartazes e utilizar o sistema de auto-falantes da escola, dispondo de horários específicos e acesso a todas as Salas de Trabalho e todas as turmas. Caberia ao Prefeito e seus auxiliares preparar as cédulas eleitorais, as urnas, as cabines de votação, as listas de eleitores e a composição das mesas e sessões eleitorais (duas ou três, com presidente e secretário nomeados pela Orientação, e representantes dos Partidos). Aos mesários cabia a contagem dos votos, e à Orientação, a soma e a proclamação do resultado, registrado em ata específica.

Os vereadores mirins eleitos eram empossados em sessão solene na sede da Câmara, lavrando-se a ata respectiva, e elegendo-se “a mesa

diretora da Câmara, constituída de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Secretário da sede” (ILV, s/a a, p. 4). Em outra sessão solente, perante a Câmara, tomavam posse o prefeito e o vice, em que o primeiro prestava o juramento oficial de bem servir a Cidade Mirim.

As cerimônias eram públicas e a elas compareciam também o prefeito da cidade de Curitiba, os pais dos alunos e visitantes. Tais solenidades portavam grande carga simbólica, e eram algumas das várias ações de que a escola lançava mão para projetar-se publicamente. Eram também uma demonstração ao poder público de um projeto pedagógico teoricamente de acordo com o ideal de educação moral e cívica propagado pelo regime civil-militar. Entretanto, as dinâmicas da Cidade Mirim faziam mais que isso: o projeto proporcionava uma vivência democrática não conforme com o período autoritário em que se inseria, podendo levar as crianças a uma compreensão crítica tanto do pleito eleitoral, quanto da administração pública em geral e do campo político especificamente, algo discrepante em relação à pura verbalização doutrinante comum às disciplinas de EMC e OSPB nesta época. Contudo, vale explicar que não se tratava de uma resistência à ideologia do regime.

Uma vez empossados em seus cargos, os eleitos deveriam cumprir um mandato de quatro meses letivos, que poderia ser de abril a setembro, ou de setembro a abril do ano seguinte (havia duas eleições anuais). Dessa forma, o prefeito deveria administrar a cidade com o auxílio dos secretários, nomear ou exonerar os dirigentes das casas comerciais, punir quem fizesse mau uso das instalações da cidade, de acordo com o Código Disciplinar, presidir as reuniões dos dirigentes, representar a Cidade Mirim em eventos dentro e fora do ILV, propor ao diretor da escola obras necessárias à mini cidade, e coordenar a elaboração da proposta orçamentária no início de sua gestão (ILV, 1971, p. 1-2). Ao final desta, deveria prestar conta das finanças por meio de um Relatório Geral, a ser lido durante a cerimônia de posse do seu sucessor. Já os vereadores propunham projetos de lei, emendas, indicações, requerimentos ou pareceres, discutiam em plenário, votavam e deliberavam sobre esses projetos. Os aprovados eram encaminhados ao prefeito para aprovação ou veto (parcial ou total).

Os alunos do ginásio não tinham acesso à Cidade Mirim, mas dispunham da Assembleia de Representantes de Alunos. Essa assembleia era constituída por 20 representantes, cinco alunos de cada turma de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, eleitos pelos seus pares, “independentemente de comportamento, rendimento escolar, idade ou sexo” (ILV, 1974b, p. 1<sup>8</sup>), nos meses de março e agosto, para um mandato de quatro meses, podendo ser reeleitos.

A Assembleia era “instalada em Sessão Solene presidida pelo Diretor do Colégio e secretariada por uma Orientadora Educacional” (p. 2), na qual tomavam posse os representantes, era eleita a mesa diretora e compostas quatro comissões técnicas, respectivamente para assuntos pedagógicos, educacionais, administrativos e do Grêmio Estudantil. A mesa diretora era composta por presidente, vice-presidente e dois secretários, enquanto as comissões eram compostas, cada uma, por presidente, secretário e relator de projetos. Os objetivos da Assembleia eram promover a participação dos alunos em assuntos do interesse discente, conscientizá-los a respeito dos problemas escolares que os envolviam, “corrigir distorções de que se possam ressentir certas soluções ou orientações da Direção do Colégio, em qualquer das áreas pedagógica, educacional ou administrativa, pela auscultação da opinião dos alunos” (p. 1), julgar colegas que tivessem cometidos faltas graves ou com comportamentos considerados inadequados, eleger e fiscalizar a diretoria do grêmio estudantil, e realizar campanhas sociais e cívicas sobre comportamento e rendimento escolar.

As sessões da Assembleia podiam ser de cinco tipos: para deliberações e decisões sobre propostas a serem transformadas em projetos; para esclarecimentos solicitados pelos representantes aos funcionários, professores ou à direção; para julgamento ou censura de faltas graves ou para ajuizar recurso sobre alguma penalidade já imposta a um aluno; para a eleição da diretoria do grêmio e para empossá-la; e, por fim, para homenagens solenes a pessoas ou instituições, públicas ou privadas. As decisões aprovadas na Assembleia eram submetidas “à sanção, ou veto, do diretor

---

<sup>8</sup> Tivemos em mãos a Constituição da Assembleia, datada de 23 de março de 1974. No entanto, a Assembleia já existia antes, e no próprio texto da Constituição faz-se menção ao “presente ano letivo de 1972”.

do colégio” (LOBO, 2001, p. 12), sendo que o veto poderia ser derrubado por três quartos dos representantes da Assembléia.

Tanto a Cidade Mirim quanto a Assembleia faziam parte de estratégias pedagógicas com a finalidade de manter no centro do processo educacional os objetivos de educação moral e educação cívica, mas uma educação ativa, na perspectiva de Ney Lobo. Esse projeto de permear o ensino no Instituto, com os princípios da moral e do civismo ia ao encontro, ao menos numa visão superficial, da ideologia que se implantava para a educação nacional. Desse modo, consciente ou inconscientemente, Ney Lobo fazia parte da instrumentalização ideológica promovida pelo regime civil-militar, seja como subcomandante no CMC, seja como professor de educação moral e cívica, seja como diretor do ILV.

A ideologia política do regime se difundia nas escolas por meio das disciplinas de EMC, OSPB e Problemas Brasileiros (no ensino superior); tais disciplinas, como “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento” (BOURDIEU, 2011, p. 7), em sintonia com a Doutrina de Segurança Nacional, objetivavam a formação moral e patriótica dos estudantes, como princípios de aceitação e apropriação da ideologia dominante. E dessa forma, tais “‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)” (p. 7). O objetivo da disciplina de EMC para o regime civil-militar, principalmente com o Decreto-Lei 869 de setembro de 1969, era o de “preencher o ‘vácuo ideológico’ deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas ‘insinuações materialistas e esquerdistas’. A educação moral e cívica seria a maneira da escola suprir essa deficiência da educação familiar” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 72).

Contudo, vale explicitar novamente, a proposta de Ney Lobo estava algo além do que preconizava o governo, e iniciou-se antes do citado decreto, mais precisamente quando assumiu a direção do colégio em 1967. Apesar do *habitus* militar e aparente convívio com o governo, suas convicções democráticas e espiritualistas fizeram com que ele propusesse e concretizasse ações pedagógicas desfavoráveis à legitimação de um regime autoritário.

Ou seja, enquanto as intenções do Poder Executivo, contrariamente ao discurso, eram de desmobilizar e “integrar os estudantes no processo de desenvolvimento, porém, sem contestação” (GERMANO, 1991, p. 194), os propósitos de Ney Lobo se revestiam de um caráter democrático. Embora estivesse de acordo com os ideais propagados pelo regime em relação aos valores cristãos e não tivesse fomentado contestações ao governo, divergia (conscientemente ou não) quanto aos objetivos finais reais. Assim, se o regime reduzia os conceitos de liberdade e democracia a desfiles cívicos e inculcações patrióticas, Ney Lobo procurava torna-los vivos de modo não previsto no texto da lei.

Ou seja, Ney Lobo havia se apropriado do discurso, mas não das intenções veladas; não parecia ver a obrigatoriedade da EMC como arbitrária com fins de legitimar uma ideologia, assim como também não a expressou como ferramenta de doutrinação, mas como instrumento de educação espiritual assentado em bases democráticas. Assim, ele traduziu os objetivos explícitos no decreto de 1969 em ações concretas, como: a defesa e a vivência de princípios democráticos, a proteção da religiosidade, a promoção da liberdade com responsabilidade, a vivência de valores espirituais e éticos, o aprimoramento do caráter dos alunos, o preparo desses para o exercício de atividades cívicas futuras, e o culto da obediência à Lei.

Durante os 11 anos em que esteve no colégio, portanto, Ney Lobo criou um Sistema de Formação Moral e Cívica, uma sala-ambiente de EMC e outra para a Cidebras<sup>9</sup> inicialmente, posteriormente salas-ambientes para as demais disciplinas, a Cidade Mirim, a Assembleia de Representantes de Alunos, o regime escolar de tempo integral, desenvolveu técnicas e manuais didáticos de EMC, e procurou pôr em prática tanto princípios escolanovistas quanto princípios espíritas que julgou condizentes com o processo de educação escolar.

Antes do segundo semestre de 1974, porém, por divergências com a FEP, Ney Lobo foi exonerado daquela instituição de ensino.

---

<sup>9</sup> A Cidebras (Central de Informações do Desenvolvimento do Brasil) tinha como objetivo “colocar os jovens a par dos grandes eventos e projetos do desenvolvimento nacional fortalecendo assim o sentimento de confiança da juventude brasileira no futuro da Pátria” (LOBO, s/a i, p. 1). Eis uma demonstração da ideologia do “Brasil Potência”.

As práticas pedagógicas perpetradas ali, outrossim, bem como um princípio de sistematização filosófica, no *Plano Pedagógico*, se constituíram na plataforma sobre a qual Ney Lobo erigiu uma filosofia educacional, que chamou de *Filosofia Espírita da Educação*.

## Conclusão

Como sugerido anteriormente, pelas práticas escolares implementadas no ILV sob a direção de Ney Lobo, poderíamos classificar a instituição como um exemplo empírico dos ideais do movimento escolanovista no Brasil. Mas vale aqui clarificar que o movimento renovador no país, a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, surgiu “como uma proposta de construção de um amplo e abrangente sistema educacional de educação pública”, o que para Dermeval Saviani se caracteriza como “uma originalidade do caso brasileiro”, uma vez que “na Europa (...) as iniciativas que integraram o Movimento da Escola Nova, via de regra, deram-se no âmbito das escolas privadas, ficando à margem do sistema público de ensino” (SAVIANI, 2004, p. 33-34): o ILV, porém, era uma instituição privada. Ou seja, tendo como pano de fundo o contexto histórico brasileiro, o caso dessa escola também se difere por isso, mas não apenas, uma vez que exatamente no período em que Saviani aponta o “esgotamento do modelo renovador” (p. 40) e encerramento das experiências escolanovistas no Brasil, ou seja, na década de 1960, deu-se o início do ensaio pedagógico de Ney Lobo.

E ainda mais uma característica distintiva: o plano pedagógico do ILV estimulava a vivência democrática em pleno período ditatorial, e a escola era regida por um coronel da reserva, sendo este, por sua vez, favorável à intervenção militar de abril de 1964, mas não adepto do autoritarismo do regime. Contradições! A questão é que Ney Lobo leu o mundo através da ótica espírita e sua experiência se diferiu também por isso. Em sua visão, estava colocando a lei em prática, resguardando os princípios nacionais da religiosidade, da democracia e da fraternidade.

Compreendemos, assim, que o ecletismo adotado por Ney Lobo entre militarismo, escolanovismo e espiritismo gerou um projeto pedagógico *sui generis*, sobre cujas práticas, formulou hipóteses, as testou, avaliou e validou, por fim sistematizando uma filosofia educacional. Daí a importância de sua experimentação pedagógica.

\* \* \*

## Referências

- ASSIS, R. M. *A Educação Brasileira Durante o Período Militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. In: Educação em Perspectiva. Viçosa-MG: UFV, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.
- ATÁSSIO, A. P. *A Formação Profissional dos Militares e a Lógica da Distinção Hierárquica*. In: Saberes em Perspectiva. Jequié-BA: UESB, v.5, n.11, p. 25-36, jan./abr. 2015.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Editora 70, 2011.
- CHARTIER, R. *O Mundo como Representação*. In: Estudos Avançados. V. 5, n. 11, São Paulo: USP, jan./abr. 1991. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext). Acesso em 15 ago. 2013.
- CUNHA, L. A.; GOÉS, M. *O Golpe na Educação*. 11<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil: 1964/1985*. 461 f. Tese (Doutorado em Educação) – Campinas: Unicamp, 1990.
- KARDEC, A. *O Céu e o Inferno*. Tradução de José Herculano Pires, 8<sup>a</sup> ed., São Paulo: LAKE, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Tradução de José Herculano Pires, 52<sup>a</sup> ed., São Paulo: LAKE, 1998a.
- \_\_\_\_\_. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de José Herculano Pires, 59<sup>a</sup> ed., São Paulo: LAKE, 1998b.
- LOBO, N. *Filosofia Espírita da Educação e suas conseqüências pedagógicas e administrativas*. 3<sup>a</sup> ed., v. 1, Brasília: FEB, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia Espírita da Educação e suas conseqüências pedagógicas e administrativas*. 2<sup>a</sup> ed., v. 2 a 5, Brasília: FEB, 2002b.



- \_\_\_\_\_. *Prática da Escola Espírita: a escola que educa*. Brasília: Editora Auta de Souza, 2003.
- PINTO, F. C. F. *Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1986.
- SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed., tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- VIEIRA, C. E. *O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto*. In: *Educar*. N.18, p. 53-73, Curitiba, 2001. Disponível em [www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a06.pdf). Acesso em 6 out. 2016.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

## Fontes

- BRASIL. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 14 dez. 1956a, Seção 2, p. 293-299.
- \_\_\_\_\_. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 27 dez. 1963, Seção 1, p. 486.
- ILV. *Código Eleitoral*. Curitiba, s/a a.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da Assembléia de Alunos*. Curitiba, 23 mar. 1974b.
- \_\_\_\_\_. *Instruções Reguladoras das Operações da “Cidade Mirim” – Circular 1/72*. Curitiba, 15 mar. 1972a.
- \_\_\_\_\_. *Instruções Reguladoras do Exercício da Função de Coordenador do Corpo de Alunos*. Curitiba, s/a b.
- \_\_\_\_\_. *Regime de Mesada aos Alunos – Circular 2/72*. Curitiba, 1972b.
- \_\_\_\_\_. *Resoluções para o Exercício das Funções dos Governadores da Cidade Mirim*. Curitiba, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Termo de Responsabilidade do Aluno*. Curitiba, s/a c.
- LOBO, Ney. [carta] 18 set. 2002c, Curitiba [para] RIZZINI, Jorge. São Paulo. 6f. A respeito da citação de seu nome na obra “J. Herculano Pires, o Apóstolo de Kardec”.
- \_\_\_\_\_. *Plano Pedagógico “Lins de Vasconcellos”*. Curitiba, 1972.

Recebido em 17 de outubro de 2017.  
Aprovado em 03 de dezembro de 2017.